

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 2129/2019-PGJ, DE 19.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que estabeleceu o 2º período de férias da Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, que seriam usufruídas no período de 5 a 14.11.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2130/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib 4 (quatro) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 7 a 10.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2131/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.6 a 1º.7.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2132/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial da comarca de Miranda, no período de 17.6 a 1º.7.2019, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2133/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 15.6.2019, em razão do falecimento de sua genitora, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2134/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 28ª Zona Eleitoral, no período de 15 a 22.6.2019, em razão licença do titular, Arthur Dias Junior.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2135/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia 2 (dois) dias de compensação por sua atuação perante a 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, nos dias 24 e 31.8.2018, a serem usufruídos nos dias 9 e 10.10.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2136/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Eduardo de Araujo Portes Guedes	16.3.2019	19.6.2019
José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	11.9.2017	14.10.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2137/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1925/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que estabeleceu férias remanescentes do Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, de forma que, onde consta: “período de gozo: 12 a 16.8.2019”; passe a constar “período de gozo: 7 a 11.10.2019”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2138/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 136/2019-PGJ, de 17.1.2019, na parte que concedeu compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito, que seria usufruída no dia 14.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2139/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que estabeleceu o 2º período de férias do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.9.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2141/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 6 a 13.5.2019, a ser usufruído no dia 19.6.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2143/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Batayporã, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial da comarca de Terenos e atuar nos inquéritos policiais, processos judiciais e audiências da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 19.6.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2144/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul, no dia 25.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2145/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 12ª Zona Eleitoral, em razão de ausência do titular, conforme o quadro a seguir; e tornar sem efeito a Portaria nº 1941/2019-PGJ, de 4.6.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Daniella Costa da Silva	24.6 a 13.7.2019	Férias	Marcos André Sant’Ana Cardoso
	15 a 19.7.2019	Compensação	
Victor Leonardo de Miranda Taveira	22 a 26.7.2019	Férias	
	29.7 a 2.8.2019	Compensação	
	5.8.2019		

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2150/2019-PGJ, DE 19.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1909/2019-PGJ, de 31.5.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá, no dia 14.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0083/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00005360-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0084/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, que oficia perante a 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00005393-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0086/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00006045-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0087/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Cássio Tiosso Abbud, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00006214-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0088/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00006264-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0089/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Willian Marra Silva Júnior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00006339-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0090/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000884-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0091/2019/AOP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000842-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 2 DE JULHO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001250-4.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000339-3.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001724-6.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002237-5.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002077-7.

6. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001955-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001956-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001957-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001958-5.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000274-0.

8. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000816-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000631-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004032-9.

9. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004531-3.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000262-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003955-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003085-3.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004120-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002045-5.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.2.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001816-7.

2. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001243-3.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001854-9.

6.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 18.6.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000749-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002646-0

2. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000884-7.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000556-1.

4. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002241-6.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001490-5.

6.2.3. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001750-6.

6.2.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001068-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001737-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001485-3.

6.2.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 4.6.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003485-0.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001184-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000391-9.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001329-8.

b. Expediente:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002233-8.

6.2.6. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000115-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002132-8.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001487-5.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001092-4.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000475-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000529-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000818-0.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000768-1.

7. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000229-4.

8. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000625-6.

9. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000382-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001408-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000685-6.

10. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001440-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003421-6.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001319-8.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000080-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000221-3.

13. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000042-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001001-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001292-5.

14. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000979-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001994-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001145-6.

15. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000148-4.

16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000803-2.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000974-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000889-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001553-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001634-0.

18. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000235-3.

6.2.7. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001523-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001721-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000558-3.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000368-2.

4. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000439-2.

5. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001848-2.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001899-3.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000450-4.

6.2.8. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001067-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001765-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000865-8.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001042-0.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000401-5.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001900-4.

6. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000132-9.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001779-4**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar a necessidade de uma Nova Pactuação entre a SESAU e os Hospitais de Campo Grande conveniados com o SUS, a fim de elaborar a nova Grade de referências.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000415-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerentes: Eloí Transporte e Supermercado Santos Bonito

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes da atividade de mineração sem autorização pelo órgão competente, em terreno urbano localizado na rua 29 de maio com a rua Senador Filinto Muller, em Bonito.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.0000726-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerentes: José Hipólito Prado de Lima

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na Fazenda Rodeio.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001679-5

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerentes: Município de Coxim e Fundação Estatal de Saúde do Pantanal (FESP)

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Hospital Regional de Coxim, administrado pela Fundação Estatal Saúde do Pantanal, quanto à ausência de medicamentos e insumos básicos.

Advogado: Sebastião Paulo José OAB/MS 4.265

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**a. Processos retirados na pauta do dia 18.6.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003500-4**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco do Povo - José Orcírio de Miranda

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Banco do Povo durante o mandato do ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000915-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Boa Vista – Fellipe Augusto Straub Fronza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Boa Vista, localizada no município de Sidrolândia/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00003380-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Casemiro Alvarez Filho

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Burity, localizada no município de Camapuã/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001295-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Coinete dos Santos e Vera Nice Souza dos Santos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Retiro, localizada no município de Ponta-Porã/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000543-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Emerson Cezário

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Luna Porã, localizada no município de Ponta-Porã/MS.

6. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002517-2 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

b. Processos:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003420-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003575-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Hemoprot - Indústria e Comercio de Produtos Frigoríficos Ltda-ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental das atividades da empresa Hemoprot, cuja indústria encontra-se situada na Rodovia BR 163, KM 12,5, Zona Rural, nesta cidade de Mundo Novo.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002329-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental consistente no desmatamento de 9,57 ha, no imóvel rural denominado Fazenda Varjão, de propriedade do Sr. Márcio Gianluppi, localizada no limite entre Nioaque/MS e Maracaju/MS, em decorrência da Operação Cachorro-Vinagre.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001196-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Forquilha (Operação “Cachorro-Vinagre”).

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000768-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Advogado: Bruno Ribeiro Villela OAB/MS 14.994

4. Inquérito Civil nº 14/2015

Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Servidores da Polícia Civil da comarca de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na utilização indevida de veículos apreendidos e recolhidos nas dependências da Delegacia de Polícia de Nova Alvorada do Sul por parte de servidores públicos na unidade policial.

5. Inquérito Civil nº 13/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Herdeiros de Waldemar Soares da Silva, Oberdan Amancio Alves de Lima e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Santo Antônio”, pertencente a Oberdan Amancio Alves de Lima e aos herdeiros de Waldemar Soares da Silva, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

6. Inquérito Civil nº 21/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Vista Bela

Assunto: Apurar a regularidade da criação de suínos, na fazenda Vista Bela, situada na Rodovia CG 040, KM 17, sob posse de Ademir Correa da Silva, reunindo elementos de prova para, se for o caso, instruir Ação Civil Pública, tudo na forma do art. 23 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000362-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ivo Jardim de Carvalho

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em consequência do desmatamento de 78,69 hectares de vegetação nativa, sem licença ambiental, conforme Parecer nº 647/17 do Nugeo, no imóvel rural denominado Fazenda Vale do Buriti, situado no município.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001144-5

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia/MS

Assunto: Apurar a existência e a implantação de vagas de estacionamento, nas vias públicas municipais, com reservas especiais para pessoas com deficiência e para idosos.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000303-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Vitória Pereira Lopes e Odenir Lopes Júnior

Assunto: Apurar o armazenamento irregular de produtos perigosos na Fazenda São Sebastião, localizada no município de Costa Rica/MS.

7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:**a. Processos retirados de pauta na reunião do dia 4.6.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003126-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de plástico em Bandeirantes/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003128-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari/MS

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de alumínio em Jaraguari/MS.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00003077-9 – SIGILOSO

Corregedoria-Geral de Ministério Público

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002199-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Igor Mendes Queiroz

Assunto: Apurar possível dano ambiental consistente no depósito irregular de madeira "in natura", equivalente a 85 palanques de "aroeira", sem o documento de origem florestal, na propriedade Sítio Sombra da Serra, localizado no município de Alcínópolis, de propriedade Igor Mendes Queiroz.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000411-1 – SIGILOSO

Promotora de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Advogado: Thalles Henrique Garcia Sales Feliciano

b. Processos:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001022-4 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Advogado: Guilherme Buss Carnavalli OAB/MS 15.563 e Patrícia Cavallante Dal Paz Leite Próbio OAB/MS 15.703

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000119-5

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Edna Maria de Oliveira Castela

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente localizada na Estância Lagoa Bonita, coordenadas geográficas 20°49'28.813"S e 54°29'15.01"W, em Campo Grande - MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002716-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aristóteles Ferreira Junior

Assunto: Apurar o desmatamento de 137,63 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na Fazenda Corixão, situada em Coxim-MS, de propriedade de Aristóteles Ferreira Júnior, conforme Parecer n. 111/17 do Nugeo.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001161-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Averiguar a existência de funcionários fantasmas na Prefeitura Municipal de Aquidauana.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001248-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: Wilson Vicente Ferreira

Assunto: Apurar denúncia de superfaturamento no transporte escolar pela empresa pertencente ao ex-vereador Wilson Ferreira no município de Aquidauana.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000131-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jaqueline Lino Aristimunho

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente em rescindir contratos de trabalho de servidores municipais sem formalizar a rescisão a fim de permanecer auferindo salários indevidos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio João-MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001288-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Olair Tirloni

Assunto: Apurar regularidade jurídico ambiental do imóvel rural denominado Fazenda

Samambaia, neste município – Projeto Rio Apa.

Advogados: Alfredo Cândido Santos Pereira OAB/MS 1.782-A, Carlos Alfredo Stort Ferreira OAB/MS 5.159, Ellen Clea Stort Ferreira Carvieri OAB/MS 6.812 e Oscar Luís Oliveira OAB/MS 5.588

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000809

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e Câmara Municipal de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade no Projeto de Lei que autoriza o Município de Dourados a contrair empréstimo, junto ao Banco do Brasil, sem a devida vinculação, destinação ou justificativa.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000096-3

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Unimed de Dourados MS - Cooperativa de Trabalho Médico

Assunto: Averiguar eventual cobrança indevida de serviços não contratados de HOME CARE pelos beneficiários do Plano de Saúde UNIMED DOURADOS COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO.

Advogado: Roaldo Pereira Espíndola OAB/MS 10.109

7.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003610-3 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001686-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual enriquecimento ilícito por parte da assessoria jurídica do Município de Pedro Gomes em decorrência de judicialização indevida e demais atos de improbidade administrativa decorrentes.

Procurador Jurídico Municipal: Leonardo Henrique Marçal OAB/MS 14.730

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000421-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorival Basso

Assunto: Apurar possível degradação ambiental consistente na exploração de vegetação nativa sem autorização ambiental na Fazenda São João.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002664-9 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000744-4 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Advogado: Luã Nogueira Jung OAB/RS 97.148

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001279-1 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Advogado: Luiz Aurélio Adler Ralho OAB/MS 11.639

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000114-3 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001897-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Algacir Batista de Abreu

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado na Fazenda Duas Meninas.

9. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00011890-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Sirley Maffissoni Milani

Requerido: Embrascop Empresa Brasileira de Construções e Projetos Ltda

Assunto: Apurar eventual erosão no solo da Fazenda Cachoeira.

Advogado: Wilson Vieira Loubet OAB/MS 4.899

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002411-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Constatar o cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei n. 12.232/2010 pelo Município de Naviraí no que diz respeito ao dever de dar publicidade, em sítio da rede mundial de computadores, das informações sobre a execução dos contratos de publicidade, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos contratados pelas empresas de publicidade contratadas.

Procurador-Geral do Município: Fauze Walid Selem OAB/MS 15.508

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00001986-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Kessley Reis Lima

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Chácara San Raphael, em razão da extração de cascalho sem o devido licenciamento ambiental.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002930-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Felizardo do Carmo Filho

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de vegetação nativa na Fazenda Mamoeiro.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000133-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maja Dorothea Boss Jacard

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de vegetação nativa no interior da Fazenda Santo Antônio.

14. Inquérito Civil nº 06.2015.00000079-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Olavo Ribeiro Cardoso Machado

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda São Francisco.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002654-9

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público Municipal em disponibilizar medicamentos à criança necessitada.

16. Inquérito Civil nº 06.2016.00000794-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade com relação à aplicação de receitas do Fundeb no ano de 2015.

17. Inquérito Civil nº 06.2017.00001982-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vera Martins da Silveira Rodrigues

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de construção e ampliação de canais de drenos artificiais na Fazenda Rondinha.

18. Inquérito Civil nº 06.2018.00002423-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público

Requeridos: Humberto Carlos Ramos Amaducci, N.S Araujo Padaria ME, Almir Nicolau ME, Socoloski e Cia LTDA ME e Padaria Puma LTDA-ME

Assunto: Apurar a contratação de pães e bolos pela Administração Pública de Mundo Novo, por meio de pregão presencial n. 024/2016, com diversas empresas e eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

19. Inquérito Civil nº 06.2017.00000871-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

20. Inquérito Civil nº 06.2018.00002371-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jose Ferreira de Camargo

Assunto: Apurar dano ambiental causado na Fazenda Maracangalha quinhão 05, devido ao corte de 20 (vinte) árvores nativas.

Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves OAB/MS 13.137

7.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001707-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por Aparecido Milton Boreggio, ex-secretário municipal de finanças, em virtude da não apresentação dos documentos necessários à efetiva inspeção do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, apesar de estarem em posse do Município.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002211-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na doação de um terreno público pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS ao senhor Hernandes Ortiz.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003123-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar os possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de aço em Bandeirantes/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001670-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual desídia por parte do Município de Coxim na reintegração de posse de logradouro público.

7.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001307-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerentes: José Faria dos Santos, Luiz Claudio de Almeida, José Carlos Viana e Laudneia de Souza Santos

Requeridos: AGESUL Agência Estadual de Empreendimento e Basalto Construtora e Incorporadora Ltda.

Assunto: Apurar eventual ausência ou impropriedade de obras de escoamento de água pluvial na Rodovia Estadual MS 276, no trecho compreendido entre os KMs 54 e 62, com consequente incremento de riscos de acidente, em detrimento da vida e segurança de transeuntes e moradores da localidade.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001541-9

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a suficiência do número de Equipes ESF/quadro de profissionais na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF Jardim Marabá, bem como se a unidade possui os equipamentos mínimos exigidos para o serviço de acordo com sua tipologia.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003444-9

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Claro S/A

Assunto: Apurar ineficiência dos serviços de telefonia móvel prestados pela operadora CLARO S/A.

4. Inquérito Civil nº 06.2015.00000363-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Nova Andradina e Secretaria de Estado da Saúde

Assunto: Apurar se estão sendo executadas pelo Estado e pelo Município de Nova Andradina as ações de prevenção e controle vetorial no combate ao mosquito Aedes Aegypti.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000498-8

1ª Promotoria de Justiça da comarca do Patrimônio Público e Social de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Emanuel Albuquerque Costa

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticada pelo ex-prefeito de Bela Vista, senhor Francisco Emanuel Albuquerque Costa.

7.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002170-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto descumprimento de ordem judicial proferida nos autos nº 038.06.001133-2 por parte da Prefeitura Municipal de Nioaque.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000875-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Apurar representação de indícios de descumprimento, pelo Município de Glória de Dourados do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002294-2

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos e insumos na UBSF Albino Coimbra - Santa Carmélia.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000578-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Erico Girardelo Stefanello

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Santa Sophia", localizada no município de Ponta Porã, MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002053-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adelir Antonio Stragliotto

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento na Fazenda Lucca, localizada no distrito de Cabeceira do Apa, Município de Ponta Porã/MS.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 0009/2019/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em atendimento ao artigo 2º, IV, da Resolução nº 034/2016-PGJ, de 11.11.2016, que dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

Resolve:

Estabelecer a escala de plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, integrada pelo Corregedor-Geral, Corregedor-Geral Substituto e Promotores de Justiça Assessores Especiais, ininterruptamente aos sábados, domingos e feriados e, nos dias úteis, das 18h01 às 7h59, referente ao segundo semestre do ano de 2019, compreendendo os meses de julho a dezembro, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
01.07 (18h01) a 08.07 (7h59)	Reynaldo Hilst Mattar	98478-2385
08.07 (18h01) a 15.07 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385
15.07 (18h01) a 22.07 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385
22.07 (18h01) a 29.07 (7h59)	Antonio Siufi Neto	98478-2385
29.07 (18h01) a 05.08 (7h59)	Jiskia Sandri Trentin	98478-2385
05.08 (18h01) a 12.08 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385
12.08 (18h01) a 19.08 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385
19.08 (18h01) a 27.08 (7h59)	Reynaldo Hilst Mattar	98478-2385
27.08 (18h01) a 02.09 (7h59)	Jiskia Sandri Trentin	98478-2385
02.09 (18h01) a 09.09 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385
09.09 (18h01) a 16.09 (7h59)	Antonio Siufi Neto	98478-2385
16.09 (18h01) a 23.09 (7h59)	Jiskia Sandri Trentin	98478-2385
23.09 (18h01) a 30.09 (7h59)	Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	98478-2385
30.09 (18h01) a 07.10 (7h59)	Reynaldo Hilst Mattar	98478-2385
07.10 (18h01) a 14.10 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385
14.10 (18h01) a 21.10 (7h59)	Jiskia Sandri Trentin	98478-2385
21.10 (18h01) a 29.10 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385
29.10 (18h01) a 04.11 (7h59)	Reynaldo Hilst Mattar	98478-2385
04.11 (18h01) a 11.11 (7h59)	Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	98478-2385
11.11 (18h01) a 18.11 (7h59)	Antonio Siufi Neto	98478-2385
18.11 (18h01) a 25.11 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385
25.11 (18h01) a 02.12 (7h59)	Jiskia Sandri Trentin	98478-2385
02.12 (18h01) a 09.12 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385
09.12 (18h01) a 19.12 (7h59)	Reynaldo Hilst Mattar	98478-2385

Campo Grande (MS), 24 de junho de 2019.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002908 DE 18.06.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2431/2019.**

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002908 de 18.06.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0004/2019/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, n. 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003663-6

Requerente: Marjorie Carvalho Maximovitch

Requerido: Secretaria de Estado de Administração - SAD

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no planejamento, organização e execução do concurso público para provimento de cargos de professor da Rede Estadual de Ensino, regulamentado pelo Edital nº 01/2018-SAD/SED/MAG.

Campo Grande, MS, 24 de junho de 2019.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

DOURADOS**EDITAL N. 0013/2019/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002240-2

Requerente(s): 17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS.

Requerido(s): Município de Dourados/MS.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Acordo Judicial entabulado nos autos n. 0900071-34.2018.8.12.0002.

Dourados/MS, 19 de junho de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00001669-5

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa cometido por Ariel Albrecht, responsável pela empresa de turismo Paiaguá Expeditions e ocupante do cargo de Gerente de Turismo.

RECOMENDAÇÃO N.º 004/2019/01PJCX

Ref. Inquérito Civil 06.2018.00001669-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”;

CONSIDERANDO que “em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito¹”;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público²”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam³”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

1 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

2 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2.ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

3 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODVIM: 2014, p. 787.

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, os administradores públicos devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi editada a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes políticos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que todo agente público e político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para a Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíbe;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade impõe o tratamento igualitário aos cidadãos, sendo inadmissível a contratação de qualquer pessoa sem a prévia realização de concurso público, instrumento colocado à disposição da Administração Pública para conferir tratamento isonômico aos interessados na obtenção de qualquer cargo público, afora as exceções constitucionais e, dentre elas, a contratação por tempo determinado (art. 37, inciso IX, CF);

CONSIDERANDO que, no Inquérito Civil nº 06.2018.00001669-5, foram reunidos elementos de convicção de que ARIEL ALBRECHT, então titular do cargo efetivo de Coxim, fora nomeado, em 2013, para cargo de confiança, atuando como Gerente de Turismo, na Secretaria de Governo, em 1º.01.2013;

CONSIDERANDO que, concomitantemente, ARIEL ALBRECHT era proprietário da agência de Turismo Paiguá Expedition;

CONSIDERANDO que há nos autos elementos de convicção que demonstram que, no dia 07.01.2013, ARIEL ALBRECHT recomendou à turista polonesa JULIA ZBOINA os serviços prestados pela Agência de Turismo Paiguá Expedition (cartão de fl. 15, IC);

CONSIDERANDO que a turista também foi indicado à turista que se hospedasse na pousada AMARALINA, a qual estava arrendada para ARIEL ALBRECHT (fls. 14 e 55-56, IC);

CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos do município de Coxim – Lei Complementar Municipal nº 66/2015, proíbe que servidores se valham de suas atribuições para lograr proveito pessoal e exercer atividade que sem incompatíveis com o cargo, conforme abaixo transcrito:

Art. 3º - Na aplicação desta lei serão observados, além de outros, os seguintes conceitos:

I - Servidor Municipal é todo aquele que presta serviços ao Município, com qualquer relação de emprego, compreendendo, dentre outros, os ocupantes de cargos em comissão, os efetivos e os estáveis.

Art. 164 - Ao servidor público é proibido:

XII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XX - exercer, quaisquer atividades que sejam incompatíveis do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XXI – tentar ludibriar a boa fé na Administração Pública para obter vantagens pessoais;

CONSIDERANDO que se encontra prescrita a pretensão para imposição de penas previstas na lei de improbidade administrativa, tendo em vista que os fatos ocorreram em janeiro de 2013 e o investigado ocupava cargo efetivo no Município de Coxim;

CONSIDERANDO que o investigado tomou posse como Turismólogo do município de coxim (cargo efetivo) em 20.11.2017;

CONSIDERANDO que a continuidade de atividades ilícitas poderá resultar em responsabilidade penal, cível e administrativa;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, ao ocupante de cargo efetivo ARIEL ALBRECHT, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, notadamente o ingresso de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, que:

- a) Não utilize das atribuições e facilidades do seu cargo para colher proveito pessoal, tais como, a indicação de serviços a turistas que renderão ao investigado lucro pessoal;
- b) Deixar de exercer atividade econômica incompatível com a atribuição de seu cargo público;
- c) Informe sobre as atividades da Agência Paiaguás Expeditions, a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 dias.
- d) Deverá, também, informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 dias, se acatará o seu objeto.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia da Recomendação à Câmara Municipal de Coxim-MS e Prefeitura Municipal de Coxim, para conhecimento e medidas que entenderem cabíveis, no âmbito de suas atribuições.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Decorrido o prazo de dez dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Coxim-MS, 11 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00001525-2

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de servidores na Prefeitura Municipal de Coxim em razão da ausência de certame público.

RECOMENDAÇÃO N.º 0005/2019/01PJ/CXM
Ref. Inquérito Civil 06.2018.00001525-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”;

CONSIDERANDO que “em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito”⁴;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”⁵, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam”⁶;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, os administradores públicos devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi editada a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes políticos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que todo agente público e político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

4 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

5 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2.ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

6 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODVIM: 2014, p. 787.

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para a Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíbe;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade impõe o tratamento igualitário aos cidadãos, sendo inadmissível a contratação de qualquer pessoa sem a prévia realização de concurso público, instrumento colocado à disposição da Administração Pública para conferir tratamento isonômico aos interessados na obtenção de qualquer cargo público, afora as exceções constitucionais e, dentre elas, a contratação por tempo determinado (art. 37, inciso IX, CF);

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência possui como desdobramento natural o dever da Administração Pública de contratar funcionários mediante concurso público para atender satisfatoriamente às necessidades dos administrados, colocando à disposição do serviço público profissionais gabaritados;

CONSIDERANDO que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas prevista no edital possui direito subjetivo à nomeação e à posse, e, ao contrário, se não aprovado dentro do número de vagas previstas no edital, detém apenas mera expectativa de direito à assunção no cargo e que compete à Administração, dentro do seu poder discricionário e atendendo aos seus interesses, nomear os candidatos remanescentes de acordo com a sua conveniência;

CONSIDERANDO que essa expectativa se converte em direito subjetivo à posse caso constatada a quebra na ordem classificatória ou quando a Administração Pública contrata terceiros, em caráter precário, para preenchimento de vagas existentes, em detrimento da nomeação de candidatos aprovados em certame ainda válido, já que demonstra a existência de vagas e a necessidade de serem preenchidas;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, e a Constituição Estadual, em seu art. 27, IX, explicitam que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que, por conseguinte, segundo a normativa constitucional, a contratação de pessoal deve ser precedida de concurso público, sendo admitida a contratação temporária apenas a título de exceção, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 658.026, Rel. Min. Dias Toffoli⁷, submetido à sistemática da repercussão geral, assentou que o *“conteúdo jurídico do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal pode ser resumido, ratificando-se dessa forma, o entendimento da Corte Suprema de que, para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração”*;

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil Eletrônico nº 06.2018.00001525-2 foi instaurado para realizar a migração para o sistema eletrônico SAJ/MP, do Inquérito Civil Físico nº 037/2016, cujo objeto é: *“Apurar possíveis irregularidades na contratação de servidores na Prefeitura Municipal de Coxim em razão da ausência de certame público”*, tendo em vista que o Ente Municipal teria concretizado a contratação de mais de 30 (trinta) servidores à época;

CONSIDERANDO que a instauração teve por supedâneo as informações extraídas no bojo da Notícia de Fato nº 39/2016, na qual constatou-se que houveram diversas contratações irregulares realizadas pelo Poder Público Municipal, o que culminou em diversas reclamações junto a este *Parquet*;

7 RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612.

CONSIDERANDO ser inequívoca a existência de hipóteses legais de contratação a título precário, as quais devem ser observadas com a máxima atenção a fim de evitar contratações irregulares, devendo, ainda, ser levadas à efeito mediante processo seletivo que assegure condições objetivas aos candidatos, sem olvidar da natureza de excepcionalidade e temporariedade da medida;

CONSIDERANDO que a despeito das informações trazidas pela Prefeitura Municipal de Coxim, resta evidente a existência de profissionais contratados a título precário ocupando funções privativas de aprovados em concurso público, enquanto há lista de espera;

CONSIDERANDO a necessidade da exoneração dos servidores que estiverem ocupando vaga pura à título precário, pela Prefeitura Municipal de Coxim, e substituição daqueles por candidatos devidamente aprovados em concurso público, conforme determina o art. 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que resta clara, também, a inexistência de candidatos aprovados aguardando nomeação para alguns dos cargos ofertados no concurso público, o que não legitima a contratação direta, nem ao mesmo a sucessão de processos seletivos simplificados, os quais não ocorrem nesta municipalidade com frequência, se tornando, desta feita, uma maneira de regularizar a contratação dos servidores temporários, as quais devem ocorrer nos moldes constitucionais e com base em legislação adequada;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político à lei é aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que a nomeação de candidatos aprovados para ocupar cargos efetivos se mostra deveras mais vantajoso, também, se considerada a natureza permanente do vínculo, que perdurará não só pelo período objeto de contratação, o que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades outras, não restritas ao contratado;

CONSIDERANDO que conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal “o direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso vigente, surge quando comprovada a existência de vaga de exercício efetivo e constatada a contratação e terceirização das respectivas atribuições. Nesse sentido, entende-se que a contratação de terceiros, configura ato administrativo eivado de desvio de finalidade, implicando preterição ao direito do candidato aprovado no concurso público”;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, oportunizando-se a resolução extrajudicial do conflito;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, ao Prefeito Municipal de Coxim-MS, Aluizio Cometki São José, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, notadamente o ingresso de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, que:

a) No que tange aos cargos em que há candidatos aprovados em concurso público (2016), aguardando nomeação: Promova a imediata exoneração de servidores que estejam ocupando vagas puras a título precário, convocando imediatamente candidatos aprovados no concurso público em vigor, para suprir tal demanda;

b) No que tange aos cargos em que não remanescem aprovados em concurso público, bem como aos casos de necessidade de contratação temporária, para suprir demandas legais: Se abstenha de promover contratação direta de pessoal, realizando imediatamente processo seletivo que assegure igualdade de condições e critérios objetivos aos candidatos, com a celebração de contrato de trabalho;

c) No prazo de até 15 (quinze) dias úteis, efetue levantamento das vagas puras existentes em todos os setores da Prefeitura Municipal de Coxim, mormente as relacionadas aos cargos em que não haja aprovados em concurso público aguardando nomeação; igualmente, proceda ao levantamento da quantidade de vagas ofertadas no concurso público de 2016, destacando pontualmente acerca daquelas que já foram e se mantém (não houve exoneração) providas; encaminhando tais expedientes a esta 1ª Promotoria de Justiça, em igual prazo;

d) Na sequência, viabilize a realização de processo seletivo simplificado para os cargos que não contam com cadastro de reserva, com a publicação de edital inaugural do mesmo em prazo não superior a 90 (noventa) dias, e nomeação dos habilitados em, no máximo, 90 (noventa) dias da homologação do resultado final;

e) O destinatário (prefeito municipal) deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2017-PGJ;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia da Recomendação à Câmara Municipal de Coxim-MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Decorrido o prazo de dez dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Coxim-MS, 12 de junho de 2019

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 013/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000917-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Procedimento Preparatório Nº 06.2019.00000917-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Saúde Fátima do Sul

Assunto: Apurar eventual falta de profissionais em odontologia na Unidade de Saúde Jardim do Ipês/COHAB;

Fátima do Sul-MS, 19 de junho de 2019.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL N° 0001/2019/19ZE/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça Eleitoral da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001808-6 - 19ª ZE, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001808-6-19ª ZE

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Sandra Beatriz Orue Ogeda, Luiz Volni Vargas, Maria Estela Fernandes da Silva

Assunto: Acompanhar o cumprimento do acordo de não persecução penal firmado nos autos do Inquérito Policial nº 0357/2015 nos termos da Resolução nº 183/2018 do CNMP

Ponta Porã/MS, 19 de junho de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor Eleitoral

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0012/2019/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001907-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste/MS

Assunto: Acompanhar o Programa Família Acolhedora realizado no Município de São Gabriel do Oeste/MS, no ano de 2019.

São Gabriel do Oeste, MS, 17 de junho de 2019.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0030/2019/PJ/DPS**Notícia de Fato N° 01.2019.00000131-8**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, atendendo o que dispõe o artigo 256 do CPC (por analogia), CIENTIFICA o Senhor VENÂNCIO BOVOLATO acerca da promoção de arquivamento da Notícia de Fato em epígrafe, para que, querendo, manifeste-se nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução CNMP nº 174/20172.

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Venancio Bovolato.

Interessado: A Apurar.

Objeto: Eventual ocorrência de dano ambiental nas imediações do lote rural localizado na 17ª Linha, km 9, Poente, em Deodápolis/MS, consistente em erosão.

Deodápolis/MS, 19 de junho de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

ITAQUIRAÍ

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00003064-2

Edital nº 0005/2019/PJ/ITQ

Compromitente: Promotoria de Justiça de Itaquiraí/MS

Compromissário: Edilson Luiz Pereira

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 07/06/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Itaquiraí/MS e Edilson Luiz Pereira, referente aos atos de improbidade administrativa apurados no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00003064-2, o qual está disponível para consulta no sítio eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como nesta Promotoria de Justiça localizada na Avenida Mato Grosso, n. 350, Centro, cidade de Itaquiraí-MS, CEP 79965-000, Telefone (67) 3476-1536.